

## **ATA N.º 09/2013**

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE CHAMUSCA  
REALIZADA NO DIA 25 DE FEVEREIRO DE 2013.-----

-----Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano dois mil e treze, nesta  
Vila da Chamusca, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho,  
reuniu a Câmara Municipal sob a Presidência do Senhor Presidente Sérgio  
Morais da Conceição Carrinho, e com as presenças dos Senhores Vereadores,  
Joaquim José Duarte Garrido, Francisco Manuel Petisca Matias, João Manuel  
Duarte Lourenço e Paulo Jorge Mira Lucas Cegonho Queimado, comigo,  
Cristina Isabel Pires Queimado, Técnica Superior que secretariei.-----

-----Verificando-se quórum, o Senhor Presidente, declarou aberta a reunião,  
eram dezassete e cinco horas, após o que se deu início à apreciação dos  
seguintes assuntos:-----

-----**ATA DA REUNIÃO ANTERIOR** – Previamente distribuído pelo Executivo o  
texto da ata da reunião anterior, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----**SITUAÇÃO FINANCEIRA / RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA – EM  
22.02.2013** - TOTAL DISPONÍVEL: 605.782,59€; OPERAÇÕES ORÇAMENTAIS:  
550.018,23€; OPERAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 55.764,36€; DOCUMENTOS:  
0,00€.-----

-----**ORDEM DO DIA:** Entrou-se depois na ORDEM DO DIA composta dos  
seguintes pontos previamente estabelecidos: -----

-----  
-----  
-----

-----**Documentos para conhecimento**-----

-----**(01) - PLANO ESTRATÉGICO / ESTRUTURA PRELIMINAR DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento do teor do email da JUNTA DE FREGUESIA DE CHAMUSCA, felicitando a Câmara Municipal “pelo folgo que está a tentar implementar ao nosso Concelho, porque como todos previmos era no Eco Parque e nas Zonas Industriais das Freguesias que estava a nossa “Fonte de Desenvolvimento”.”-----

-----**(02) – DOCUMENTOS PREVISIONAIS – ORÇAMENTO 2013:**-----

-----Presente o ofício da JUNTA DE FREGUESIA DE PARREIRA, remetendo o Documento supra referenciado deste órgão.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou disponibilidade para cooperar no que for possível.-----

-----**(03) – LEI DAS FINANÇAS LOCAIS / AUTONOMIA DO PODER LOCAL:**-----

-----A Câmara tomou conhecimento de email do MUNICIPIO DO CRATO, registado no livro respetivo sob o número 1640 em 15.02.2013 solicitando apoio para ajudar a defender e a reforçar a autonomia do Poder Local.-----

-----**(04) – UTILIZAÇÃO OBRIGATÓRIA DA RECEITA DO IMI / ART. 96º DA LEI N.º 66-B/2012 DE 31.12 (O.E. PARA 2013):**-----

-----Presente email da ANMP - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICIPIOS PORTUGUESES, registado no livro respetivo sob o número 1231 em 05.02.2013, relativamente à inconstitucionalidade de determinadas normas do artigo 96.º da Lei 66-B/2012 de 31.12.2012, nomeadamente os ns.º 4, 5 e 6 desse preceito que definem um regime vinculativo sobre a utilização dos recursos que resultem do aumento da receita do Importo Municipal sobre Imóveis (IMI), na sequência do processo de avaliação geral dos prédios

urbanos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e manifestou a sua concordância à posição tomada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.-----

-----**(05) – INSPEÇÕES ÀS AUTARQUIAS PELA INSPECÇÃO GERAL DE FINANÇAS (IGF) / RELATÓRIOS - NOTICIA DO JORNAL PÚBLICO:**-----

----- A Câmara tomou conhecimento do teor da Circular da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES, registado no livro respetivo sob o número 1642 em 15.02.2013, remetendo missiva enviada ao Jornal Público relativamente a notícia publicada com o Título “IGF deixou de tornar públicos os relatórios das inspeções às Autarquias”.-----

-----**(06) – AREAS DE REABILITAÇÃO URBANA – ARU1, ARU2, ARU 3:**-----

-----Presente ofício do INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA, registado no livro respetivo sob o número 2025 em 22.02.2013, manifestando disponibilidade para prestar o apoio e os esclarecimentos que se verifiquem necessários dentro do âmbito da reabilitação urbana.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, manifestar a habitual disponibilidade para cooperar no âmbito dos projetos de interesse para as duas partes (Município e IHRU), nomeadamente na SRU (Sociedade de Reabilitação Urbana).-----

-----**(07) – INALENTEJO /CANDIDATURAS:**-----

-----Na sequência dos email’s recebidos da CCDRLVT relativamente aos processos a seguir mencionados:-----

-----A) CONSTRUÇÃO DO LAR DE IDOSOS EM VALE DE CAVALOS:Candidatura aprovada por valor muito inferior ao valor da Candidatura (250.000,00€ de 2.000.875,37€);-----

-----B) CONSTRUÇÃO DO LAR DE IDOSOS DA CARREGUEIRA: Candidatura não

aceite (reprovada).-----

-----Foram presentes emails de resposta referindo que relativamente ao processo da construção do Lar de Idosos em Vale de Cavalos, a não aceitação do valor proposto “por este ser relativamente escasso em face ao valor do investimento mas, o ACONCHEGO – Centro de Apoio Social estará disponível para concorrer a no concurso com um projeto redimensionado que está a ser estudado pela Direção da Instituição” e relativamente ao construção do Lar de Idosos da Carregueira, que “na expectativa do lançamento de novo aviso de concurso, a curto prazo, por parte da INALENTEJO informamos que estamos a evidenciar diligências para solucionar os problemas que levaram à não aceitação da candidatura solicitando novos pareceres de acordo com a legislação em vigor. Informamos que as obras das componentes do Lar de Idosos da Carregueira – Construção – 1.ª Fase e Lar de Idosos da Carregueira – Construção - Cozinha estão executados tanto fisicamente, como financeiramente, o que representa €703.089,89, ou seja, 26% do valor da Candidatura. Aguardamos assim, notificação para abertura de concurso que possa conter, eventualmente, este nível de maturação. Envia-se em anexo memória descritiva da candidatura”.-----

-----A Câmara tomou conhecimento da documentação bem como dos esclarecimentos complementares prestados pelo Senhor Vice-Presidente sobre os processos aludindo à reunião em que esteve presente no passado dia 18 do corrente mês em Évora, deliberou por unanimidade:-----

-----**UM)** – Manifestar o seu desacordo relativo à eventual não aprovação do montante destas Candidaturas.-----

-----**DOIS)** – Reafirmar a importância económico social dos projetos para o concelho e região.-----

-----**TRÊS**) – Desenvolver com todos os agentes procedimentos para a alteração destas decisões.-----

-----**(08) – AR – ÁGUAS DO RIBATEJO, EM, SA.:**-----

-----**A) – EMPREITADA DE EXECUÇÃO DOS FUIROS DE CAPTAÇÃO DO SUBSISTEMA DE ABASTECIMENTO DE CHAMUSCA, VALE DE CAVALOS E ULME:**-----

-----Ofício registado no livro respetivo sob o número 1937 em 20.02.2013, informando que os trabalhos de execução desta empreitada (execução de três furos de captação a localizar a Norte da EN 243 – Casal do Barga, Carregal) iniciaram-se a 19.02.2013, com um prazo de execução de 90 dias, estando o seu final previsto para o mês de Maio.-----

-----**B) - INVESTIMENTO NO CONCELHO DA CHAMUSCA – 4.000.000,00€:**-----

-----Nota de Imprensa dando conhecimento dos investimentos e obras em curso e previstas pela empresa no abastecimento de água no município de Chamusca.-----

-----A Câmara manifestou satisfação pelo arranque da obra e congratulou-se com o investimento em curso e previsto no concelho que tendem para o reabastecimento de água às habitações em melhores condições.-----

-----**(09) – CENTRO CULTURAL DO SEMIDEIRO / NOVOS CORPOS GERENTES:-**

-----Desta Instituição foi presente ofício registado no livro respetivo sobre o número 2015, em 22.02.2013, dando conhecimento dos novos corpos gerentes para o ano de 2013.-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, manifestar disponibilidade para cooperar nos termos habituais e no que for de mútuo interesse, bem como augurar êxitos e felicitar os elementos eleitos.-----

-----**(10) – LICENCIAMENTO ZERO: “VENDA DE ANIMAIS DE COMPANHIA EM FEIRA / MERCADO – MERA COMUNICAÇÃO PRÉVIA”:**-----

-----Email da AGENCIA DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, registado no livro sob o número 131 em 21.02.2013, prestando esclarecimentos relativamente ao Decreto-Lei 260/2012, de 12 de Dezembro.-----

-----A Câmara tomou conhecimento não se efetuando este procedimento no Concelho, e remeterá para conhecimento do Veterinário Municipal para acompanhar o assunto.-----

-----**Documentos para aprovação:**-----

-----**(11) – INSPEÇÃO ORDINÁRIA AO MUNICIPIO DE CHAMUSCA (IGAL 2009 / RELATÓRIO PARCELAR N.º1-ERF):**-----

-----Presente ofício 2284 do TRIBUNAL DE CONTAS, registado no livro respetivo sob o número 2017 em 22.02.2013., remetendo o despacho do Excelentíssimo Senhor Procurador –Geral Adjunto proferido no processo IGF n.º2012/172/B1/1326, na sequência da inspeção efetuada ao município pela IGAL 2009 e decisão de remessa do processo para o Tribunal de Contas, na parte referente à empreitada “Substituição do tabuleiro da Ponte das Palhas – Freguesia da Parreira”, referindo o arquivamento dos autos.-----

-----O Senhor Presidente manifestou pessoalmente satisfação e regozijo pelo resultado do processo.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade, manifestar regozijo pela resolução deste assunto.-----

-----**(12) - PROPOSTA PARA ATRIBUIÇÃO DE APOIOS – PROCESSO FAMILIAR 2/2013:**-----

----- Presente a Proposta de Atribuição de Apoios para auxilio no âmbito do Regulamento para Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos do Município de

Chamusca a MARIA LEONOR DA SILVA ROSA PEDRO, relativo à cedência de materiais de construção civil, para a requalificação de cobertura da moradia de forma a criar condições de habitabilidade e conforto para o agregado familiar, sita em Areolas, n.º12, freguesia de Pinheiro Grande, concelho de Chamusca, no montante de 1.998,82€ (mil novecentos e noventa e oito euros e oitenta e dois cêntimos), devidamente acompanhado por informação dos Serviços de Contabilidade datada de 15.02.2013, relativamente à existência de cabimento para este pedido.-----

-----A Câmara apreciou e estando preenchidas as condições, deliberou por unanimidade, aprovar o procedimento proposto a executar dentro do enquadramento legal em vigor.-----

-----**(13) - SERVIÇO DE PATRIMÓNIO: PARCELA DE TERRENO - ALGAZ E CANADA / CARREGUEIRA:**-----

-----Na sequência de anteriores deliberações e decisões sobre este processo, foi presente uma informação do serviço de Património referindo que e, atendendo ao preço praticado aquando da venda do terreno do Centro de Dia de Carregueira ao Centro de Acolhimento Social da Carregueira, "a área a considerar no acto que se segue será de 13.800m<sup>2</sup>, caso o preço de referência se mantenha, o valor a atribuir a esta operação será de 6147,54€. Sobre este documento exarou o Senhor Vice-Presidente a seguinte informação: "Proponho que a venda simbólica seja 50% (3.073,77€) do valor proporcional m<sup>2</sup> atribuída à venda simbólica do terreno para a valência do Centro de Dia do CASC".-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, **manifestar o seu acordo à venda do terreno com a área de 13.800 m<sup>2</sup>, inscrito na matriz predial urbana sob o artigo P1718 da freguesia de Carregueira e descrito na**

**Conservatória do Registo Predial da Chamusca sob Parte do n.º 531 da referida freguesia, pelo montante de 3.073,77€ (três mil setenta e três euros e setenta e sete cêntimos) tendo em conta os objetivos propostos para o mesmo.**-----

-----**(14) - DUOASU: ALTERAÇÃO AO PDM: ECO PARQUE DO RELVÃO E ALTERAÇÃO À PLANTA DE ORDENAMENTO PARREIRA / SALVADOR - PROCEDIMENTOS SUBSEQUENTES:**-----

-----Presente a seguinte informação Técnica n.º 48/MF/HP de 22.02.2013:

**"1.Alteração do Plano Diretor Municipal (PDM): Eco Parque do Relvão:** No âmbito do processo de Avaliação Ambiental Estratégica desta alteração ao PDM, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) emitiu o seu parecer, sobre o qual se deve informar que: Segundo este Instituto, “A ocupação cultural predominante na área de intervenção, é eucaliptal mas nalguns locais existem manchas de sobreiros e pinheiros dispersos. Na zona de expansão E, foi observado povoamento de sobreiro, devendo por isso, ser acautelado o cumprimento do Decreto-lei nº 169/2001, de 25 de maio, com as alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 155/2004 de 30 de junho, no que respeita à proteção do sobreiro.” Contactámos o ICNF para esclarecer esta situação, pois não conseguimos identificar as referidas áreas de povoamento, pelo ortofotomapa que data de 2007. Aguardamos resposta.

Este Instituto considera ainda que “De acordo com a cartografia de risco e perigosidade de incêndios florestais do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra incêndios da Chamusca, do ano 2009, algumas das zonas de intervenção, inserem-se em áreas de risco de incêndio alto e muito alto. No que respeita à perigosidade de incêndio, de um modo geral a área do Eco-Parque apresenta uma baixa perigosidade, no entanto, pontualmente,

existem locais que abrangem as áreas objeto de estudo, cujas classes de perigosidade são altas e muito altas.” Em resposta a esta análise deve referir-se que o Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) está em fase de revisão, e sendo o Eco-Parque uma zona estratégica de desenvolvimento para o concelho, será proposto que nas zonas de perigo e risco alto e muito alto (ver planta em anexo), os novos projetos salvaguardem na sua implantação, a distância à extrema da propriedade de uma faixa de protecção de 50m e adoptem medidas especiais relativas à resistência do edifício à passagem do fogo e à contenção de possíveis fontes de ignição (decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho com a actual redacção dada pelo decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro). Para além da proposta, é de realçar a preocupação de todas as entidades envolvidas na defesa da floresta contra incêndios, na vigilância permanente do local no período crítico de incêndios, bem como a pretensão de criar uma plataforma de apoio aos Bombeiros com estacionamento de veículos de intervenção rápida (loteamento da fase II do Eco Parque). **2. Alteração à Planta de Ordenamento Parreira/ Salvador:** Na sequência da informação nº 39, realizada após o parecer da CCCDR-LVT de 18/02/2013 e de forma a dar continuidade ao processo, torna-se necessário informar o seguinte: Relativamente à **compatibilidade com o PROT-OVT** e quanto ao facto de ser necessário demonstrar a compatibilidade, no que se refere ao “Espaço 1” (loteamento urbano), com a Carta de Risco: Perigo de incêndio elevado”, foi considerada aceitável a justificação da CM desde que fosse esclarecido onde e como são feitas as faixas de gestão de combustível. Assim, sendo uma zona urbana e de acordo com o PMDFCI (em fase de revisão), na faixa de gestão de combustível envolvente serão propostos os seguintes critérios específicos de gestão de

combustível, (decreto-lei n.º 124/2006, de 28 de Junho com a actual redacção dada pelo decreto-lei n.º 17/2009, de 14 de Janeiro): - as copas das árvores e arbustos devem estar distanciadas no mínimo de 5m das edificações, evitando-se a sua projecção sobre a cobertura dos edifícios; - sempre que possível, deverá ser criada uma faixa pavimentada de 1 a 2 metros de largura, circundando todo o edifício; - não poderão ocorrer quaisquer acumulações de substâncias combustíveis, como lenha, madeira ou sobrantes de exploração agrícola, bem como de outras substâncias altamente inflamáveis. Relativamente à **conformidade com o DL n.º 73/2007 de 31 de março (RAN)**, o "Espaço 2", onde se pretende localizar o loteamento industrial, incide sobre solos integrados nesta restrição de utilidade pública. Desta forma e de acordo com sugestão da CCDRLVT propõe-se que, antes de remeter esta proposta a conferência de serviços, a CM diligencie junto da DRAPLVT, no intuito de esclarecer sobre a eventualidade de vir a excluir-se estes solos da RAN. Relativamente à **conformidade com o DL n.º 166/2008 de 22 de agosto (REN)** a **CCDRLVT** considera que a CM deveria avaliar os efeitos da implementação do loteamento industrial, nomeadamente no que se refere a áreas impermeabilizadas, águas residuais, pluviais e implementação de eventuais obstáculos à livre passagem das águas nos terrenos contíguos, tendo em conta que a Zona Ameaçada pelas Cheias localiza-se ao longo da Rib<sup>a</sup>, não descurando ainda eventuais repercussões sobre as áreas estratégicas de proteção e de recarga de aquíferos. De forma a poder responder a este pedido torna-se necessário solicitar apoio ao Serviço Técnico Municipal (Engenharia Civil) no que se refere ao projeto de loteamento. Relativamente à conformidade com o Regime Jurídico da Avaliação Ambiental Estratégica e apesar da CM ter apresentado fundamentação da não sujeição à AAE, nas

fases anteriores, a CCDR-LVT reforça o parecer que estamos perante uma reclassificação de solo rural em urbano, em áreas inseridas na REN, RAN e em Domínio Hídrico (apesar do parecer da ex- ARHT no sentido de que a área destinada do Espaço 2, não se apresenta em área inundável), e portanto discorda da fundamentação apresentada. Face ao exposto é necessário aferir da possibilidade de realizar a Avaliação Ambiental Estratégica para esta alteração ao PDM (a título de exemplo, este estudo foi feito para a alteração ao PDM no Eco Parque: Fase II, III e IV, com o valor de 8.000+IVA e para a alteração ao PDM para o Eco Parque do Relvão -zonas de expansão, com o valor de 6.200+IVA). “:-----

-----A Câmara apreciou tendo em conta a importância estratégica deste processos para o concelho e para a região (constante de documento aprovado na ultima reunião - Plano Estratégico/Desenvolvimento Económico) deliberou por unanimidade, **manifestar acordo aos procedimentos enumerados na Informação técnica.**-----

-----**(15) - GABINETE TÉCNICO FLORESTAL: ACÇÕES DE ALTERAÇÃO DE COBERTO VEGETAL - REFLORESTAÇÃO COM EUCALIPTO - PROPRIEDADE AZINHAL DO GROU / PARREIRA:**-----

---Presente o requerimento registado no livro respetivo sob o número 88 de 05.02.2013, em que RUA DA SAUDADE - GESTÃO IMOBILIÁRIA, LDA., com sede na Avenida da Liberdade n.s212 S/L, Dta., 1250-147 Lisboa, solicita Parecer para proceder a ações de alteração do coberto vegetal, destinadas à reflorestação com eucalipto, numa área de 39ha, na propriedade denominada Azinhal do Grou, sita na freguesia de Parreira e concelho de Chamusca.-----

-----Instrui este Processo a Informação da Técnica do GTF n<sup>o</sup> 44/HP, de 20 do corrente, a qual conclui: "Face ao atrás disposto, a pretensão da requerente

está condicionada ao parecer da CCDR para a área de REN, sendo que as áreas de Montado de Sobro deverão ser salvaguardadas, preservando exemplares de sobreiro existentes. Na restante classe de espaço não existem condicionantes a referir, segundo os instrumentos de gestão territorial em vigor, realçando porém, que a defesa da floresta contra incêndios deverá ser executada no terreno, de acordo com o projeto."-----

-----A Câmara apreciou e, tendo em conta a atual situação económica-financeira florestal no Concelho, deliberou por unanimidade e em minuta para efeitos imediatos, emitir parecer favorável ao solicitado.-----

-----**(16) - PLANO DE GESTÃO DE RISCOS E DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS:**-----

-----Subscrita pelo Senhor Vice-Presidente foi presente a seguinte Informação datada de 21 do corrente: "**Ponto de Situação:** Tendo em conta a dificuldade em produzir Relatórios objetivos e corretamente monitorizáveis para a implementação em 2009 do Plano de Gestão de Riscos e de Corrupção e Infrações Conexas, o Município passou a desenvolver as seguintes ações: **A) Controlo de Despesa:** 1)Implementação na prática do Serviço de Aprovisionamento e Armazém (dotando o serviço de unidade de pessoal e equipamento e instalações físicas mais adequadas); 2)Reforço do serviço de Património com técnico Superior; 3)Melhoria da execução dos procedimentos de contratação, afetando aqui também um Técnico Superior com essa função; 4)Implementação e modernização no sistema de gestão de combustíveis, cartão eletrónico; 5)Adesão progressiva a acordos de quadro para o fornecimento de Bens e Serviços, no âmbito da Comunidade Intermunicipal (CIMLT); 6)Ações de sensibilização nos diversos serviços para o cumprimento das Boas Práticas regulamentadas no Controlo Interno. 7)Implementação do

GES (Gestão de Stocks), do OAD (Obras por Administração Direta), do SCE (Sistema de controlo de Empreitada), SGD (Sistema Gestão Documentação) e Taxas e do SPO (Sistema de Obras Particulares). 8)Na área da contabilidade foi implementado o serviço de Contabilidade de Custos incluindo a dotação de um Técnico Superior; 9)Na relação com entidades terceiras e na atribuição de apoios (nomeadamente apoios sociais e apoios às associações, IPSS'S) foram implementados regulamentos de acesso. 10) Foram ainda implementados outros regulamentos internos nomeadamente do controlo de assiduidade nos Recursos Humanos incluindo Sistema Eletrónico. 11)No sector de utilização das comunicações móveis (objetivo PAEL – Setembro 2013). **B) Melhoria da Receita:** 1)Está em curso a revisão das Taxas municipais através de assessoria externa; 2)Já está aprovado novo regulamento de taxas, incluindo processo de execuções fiscais (objetivo PAEL – Setembro 2013); 3) Adesão a novas plataformas para cobrança de taxas de utilização de serviços pelo município (no âmbito da CIMLT), refeições escolares e componentes de apoio à família; **C) Outras Medidas já assumidas mas ainda por implementar:** 1) Obras de modernização do Edifício Paços do Concelho no sentido de melhorar o Front office; o Back office agregando num único espaço físico todos os serviços da área financeira (já existe projeto técnico); 2) Obras de implementação de estaleiro para materiais a granel (já existe projeto técnico e terreno disponível); 3) Obras de melhoria para a funcionalidade do armazém (já existe projeto técnico); 4) Introdução de Sistema de Controlo de Entrada e saída de viaturas do parque de viaturas do Município. 5) Regulamento de utilização de viaturas municipais (já aprovado e em fase de implementação) (Objetivo PAEL - Setembro 2013); 6) Adequação do Sistema de Controlo Interno à nova legislação, nomeadamente à LCPA (Objetivo PAEL - Setembro 2013);

7) Regulamento da tramitação da Despesa (Objetivo PAEL - Setembro 2013);  
8) Implementação do Sistema de Gestão de Faturação (em curso);  
9) Plataforma eletrónica de cobrança de taxas (em curso); 10) Melhoria no sistema de Controlo de Assiduidade e adequação do respetivo regulamento a nova legislação. 11) Plano de Gestão de Riscos e Corrupção e Infrações Conexas (estudo em curso).”-----

-----A Câmara tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, manifestar acordo ao Documento e continuar a implementar todas medidas prévias que permitam a criação do Plano e sua entrada em funcionamento e verificação de forma objetiva.-----

-----**(17) - DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA 2013 - ALTERAÇÃO**:-----

-----Elaborada pelo Serviço de Contabilidade, foi presente a **terceira alteração aos Documentos Previsionais / ano económico de 2013** (Orçamento, Grandes Opções do Plano (GOP’S), Atividades Mais Relevantes (AMR) e Plano Plurianual de Investimento (PPI) ), documentos que, por muito extensos, se dão por inteiramente transcritos nesta ata, para todos os efeitos.-----

-----A Câmara apreciou e deliberou por unanimidade, **aprovar os referidos documentos**.-----

-----**(18) - CONTABILIDADE - REALIZAÇÃO DE DESPESAS**:-----

-----A Câmara tomou conhecimento, em cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 65.º da Lei n.º 169/99 de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, da “Posição dos Compromissos” correspondente de 15 a 21 de fevereiro do corrente ano, na importância global de 229.448,99€ (duzentos e vinte e nove mil quatrocentos e quarenta e oito euros e noventa e nove cêntimos).-----

-----**(19) - INTERVENÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE:**-----

-----O Senhor Presidente deu conhecimento dos contatos, reuniões e ações em que participou no período compreendido entre a última e a presente reunião, bem como do agendamento do previsto até à próxima reunião, referenciando nomeadamente:-----

-----Dia 19.02: Reuniu com Dr. Paulo Sousa (Presidente SUCH) para acerto de procedimentos. Reuniu igualmente com o Dr. António Matias no âmbito do Congresso do “Toiro e do Cavallo”/ Visita ao exterior “Casal do Marmeleiro” - Chouto.-----

-----Dia 21.02: Reunião na CIMLT sobre preparação do novo quadro comunitário. À noite, em Abrantes estive na Gala Personalidades do Ano do Jornal “O Mirante”.-----

-----Dia 25.02: Reunião da ação social Centro de Saúde, enfermeiros – Aprovação do projeto.-----

-----Dia 28.02: Sessão ordinária da Assembleia Municipal que terá lugar no salão da Sociedade de Instrução e Recreio de Pinheiro Grande – preparação em coordenação com a Junta de Freguesia.-----

-----Dia 02.03: Pelas 10h00 Sessão de esclarecimentos sobre Reabilitação Urbana, no Centro de Empresas.-----

-----Intervenções em curso: ECO PARQUE: Informações diversas sobre diversas intervenções, nomeadamente, colocação de coletor de água, depósito de gás e obras do SUCH. Ampliação do Quartel dos Bombeiros: Calçamento no Jardim Maria Cabeça e remate do Edifício junto à estrada.---

-----**(19) - INTERVENÇÃO DOS SENHORES VEREADORES:**-----

-----**FRANCISCO MANUEL MATIAS:**-----

-----TRABALHOS EM CURSO: Diversas intervenções nas freguesias de

Chamusca, Chouto e Vale de Cavalos.-----

-----**JOÃO MANUEL LOURENÇO:**-----

-----Deu conhecimento do **agendamento da última semana**, referindo nomeadamente: Dia 20.02: Pelas 9h30 decorreu a reunião do “Grupo de Trabalho de Ajuda Alimentar” – Harmonização e atualização d listagens, entre outros assuntos; Dia 21.02: No Centro de Empresas, pelas 9h00 reunião da Comissão alargada da CPCJ da Chamusca, pelas 11h30h reunião restrita da CPCJ Chamusca. Pelas 14h30 em Constância, participação Plataforma Supraconcelhia dos Conselhos Locais da Ação do Médio Tejo – Sustentabilidade das Instituições Sociais sem fins lucrativos, promovido pelo CLAS de Constância. Pelas 18h00, esteve presente no Cine-Teatro de Abrantes, na entrega de Prémios “Personalidade do Ano” do Jornal “O Mirante”. Dia 22.02: Na Câmara Municipal do Entroncamento em reunião para discussão do projeto conjunto na área da Educação “Integração de crianças de etnia cigana na escola / comunidade”, em que estiveram presentes os Srs. Vice-Presidente da Câmara Municipal do Entroncamento, Prof.ª Paula Costa, Diretores dos Agrupamentos, AVEJICC Chamusca e Entroncamento e Prof. Sílvio Oliveira Reunião de trabalho com o executivo. Pelas 20h0, decorreu o Conselho Geral de Educação – Agrupamento (AVEJICC) com a seguinte de trabalhos: 1.Informações; 2.Reflexão sobre os procedimentos a seguir na implementação do processo eleitoral para os diferentes órgãos de administração e gestão do agrupamento; 3. Apreciação do relatório periódico de execução do plano anual de atividades do 1.º Período; 4.Análise dos resultados escolares do 1.º período; 5. Análise e apreciação do projeto de orçamento para o ano civil de 2013. 6. Regulamento interno – ponto de situação. 7. Outros assuntos. Dia 25.02: Pelas 14h30 reunião de trabalho “Projeto aproximar para cuidar”,

missão sorriso. **Agendamento futuro:** Dia 26.02: Pelas 10h na CIMLT, plataforma EDUBOX. Pelas 14h30, no Centro de Empresas, Conselho Municipal de Educação. Dia 28.02: Pelas 10h00 Visita da RUTIS no festival de teatro. Pelas 21h30, sessão ordinária de fevereiro da Assembleia Municipal. Dia 02.03: Pelas 10h30m, na Parreira, Sessão de Divulgação “Apoio à Criação de Empresas” (Apresentação do Programa Apoiar Micro; Apresentação do sitio do Empreendedor; Sistema de Incentivos de Apoio Local a Micro Empresas; Mecanismos de Apoio e Financiamento Disponíveis para Criação de Empresas.”).-----

-----**PAULO JORGE QUEIMADO:**-----

-----Ações em que participou: Dia 23.02: À tarde, na Biblioteca, atividade “Conversas de Cá” com a participação de Manuel João Ferreira. No Pinheiro Grande, Mercado Medieval / Companhia de Teatro do Ribatejo.-----

-----**ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:**-----

-----E não havendo mais assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada esta reunião eram dezoito horas e trinta minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de ser considerada aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente e por mim *Cristina Queimado* servindo de Secretário, que redigi e igualmente assino, nos termos do n.º 2 do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro.-----

O Presidente da Câmara

*Sérgio Morais da Conceição Carrinho*

O Técnico Superior,

*Cristina Isabel Pires Queimado*